

CULTURA E INFORMAÇÃO NO MUNDO REAL (OU COMO SONHAR RUMOS COLETIVOS DE UM MUNDO SEM MAIS SONHOS COLETIVOS?)

Claudinéli Moreira Ramos¹

RESUMO

Este artigo aborda a crise das utopias coletivas que situaram na religião, ideologia, ciência, educação, economia e, mais recentemente, na tecnologia e na cultura, as esperanças de redenção e felicidade da humanidade. Sem negar o poder da cultura, essa reflexão destaca seus limites como “salvadora” e aponta seu potencial para fomentar transformações que impulsionem o futuro em direção a um melhor convívio entre pessoas e sociedades. Ressalta, ainda, a necessidade de se repensar os papéis do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil em relação às políticas culturais e assinala a importância de se aprender a fazer política cultural nesse novo cenário em que o virtual é tão real e presente quanto o mundo físico que a humanidade, desde a sua origem, experimenta. Ao final, esse texto procura demonstrar como, para além de assimilar o uso cotidiano de *hardwares* e *softwares*, esse aprendizado requer incluir no planejamento das iniciativas culturais, de forma estratégica, as ciências da informação.

Palavras-chave: Cultura. Informação. Arquivologia.

ABSTRACT

The article runs through the crisis of collective utopias that have plagued religion, ideology, science, education, economics, and, more recently, technology and culture, humanity’s hopes for redemption and happiness. Without denying the power of culture, it emphasizes its limits as a “savior” and points out its potential to foster transformations that will propel the future towards a better conviviality between people and societies. It emphasizes the need to rethink the roles of the state, private initiative and civil society in relation to cultural policies and stresses the importance of learning how to make cultural policy in the new scenario in which the virtual is as real and present as the physical world which humanity has experienced since its origin. In the end, it tries to demonstrate how,

¹ Historiadora, mestre em Filosofia da Educação e doutoranda do programa de Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). É coordenadora da Unidade de Monitoramento e Avaliação da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. E-mail: cmramos@sp.gov.br.

in addition to assimilating the daily use of hardware and software, this learning requires to include in the planning of cultural initiatives, strategically, a new old known: the archivology.

Keywords: Culture. Information. Archivology.

Há muito, muito tempo e por muito, muito tempo, foi a religião. Então, com força, a ideologia. Mas houve também quem, pensando com rigor e testando isso, apostasse na ciência. Outros, na educação. Até na economia. Os últimos duzentos anos, com suas caixinhas de saber compartimentalizado e seus estudiosos de saber compartimentado, “especializado”, foram esplêndidos em promover embates entre estes “caminhos”: religião, ideologia, ciência, educação, economia e, mais recentemente, a tecnologia.

A questão – que desde sempre foi uma das nossas grandes questões humanas – era indicar o melhor rumo ao “para onde vamos?”, esperançosa utopia de redenção da humanidade, de desfecho para os sofrimentos brutais presentes de cada tempo, término das desigualdades, fim da irrelevância de um viver sem muito para quê.

As respostas eram sempre sonhadas para o coletivo, pela conquista ou imposição da *verdade certa* ou do *caminho certo* (essas visões de futuro em que tantas vezes as religiões e as ideologias se aproximaram e se aproximam em discursos de libertação e práticas de opressão). E o coletivo era o mundo todo ou um certo mundo de eleitos. Mas havia sempre, lá, no futuro a alcançar – por sacrifício, esforço, merecimento –, esse sonho de uma vida melhor e coletiva.

O Senhor nos salvará ou *nós nos salvaremos* (pela mão dos trabalhadores, do mercado ou do capital) – fosse qual fosse o destino assinalado, o ponto que interessa é que lá na frente, no futuro, haveria a ideia de salvação, evolução, de um “felizes para sempre”.

Então, passou a ser a vez da tecnologia – a tecnologia! – é ela que será a nossa redenção. A tecnologia, esse desenvolvimento e uso de ferramentas e conhecimentos para tornar mais fácil a vida, o trabalho, a comunicação e até mesmo a fruição dos prazeres da vida. O virtual e o computacional são, para muitos, a descoberta do fogo e a invenção do motor da vez².

Paradoxalmente, quando o mundo começa a desenvolver estratégias

² John Gray (2013, p. 46) destaca que “os humanos não podem viver sem ilusão. Para os homens e mulheres de hoje, uma fé irracional no progresso pode ser o único antídoto contra o niilismo. Sem esperança de que o futuro seja melhor do que o passado, não teriam como prosseguir”.

e ferramentas que poderiam transformar ainda mais significativamente e para melhor a vida e o trabalho de todos os habitantes do planeta – capazes mesmo de impactar o esgotamento dos recursos do mundo que os velhos modos de viver e consumir têm causado – não há mais grandes sonhos coletivos, grandes sonhos para todos. As esperanças coletivas estão despedaçadas; os projetos de futuro do mundo estão em fragmentos.

Não por acaso, a expressão “coletivo” na atualidade representa um grupo, um bando, um gueto, uma comunidade que se diferencia, uma parte apartada do todo social, que se une e afirma na diferenciação em relação aos outros. *Diferença, diversidade* são palavras mais fortes do que *igualdade, união*, neste hoje em que a afirmação das diferenças e o respeito à diversidade são as respostas propagandeadas como antídoto para a desigualdade. Nada contra a bem-vinda organização de grupos e comunidades que se identificam. A estranheza que se aponta é que ninguém mais parece se identificar com o todo, o *todos*, a vida (sem adjetivações) e o mundo. A última grande utopia parece ter mesmo desmoronado com o Muro de Berlim.

Nesse cenário pedregoso, há também quem diga que o caminho agora é a cultura. Não a religião, a ideologia, a educação, a ciência ou mesmo a tecnologia (que segue sendo a grande panaceia para muitos), mas a interação de tudo isso no caldeirão em que tudo ferve, formando e transformando as gentes do mundo. A cultura e seus trezentos e tantos conceitos listados e mais todos os que quisermos. E não apenas (?) a cultura: a cultura com uso intensivo e entusiasmado da inovação da vez, as tecnologias computacionais. Mas essa cultura é tudo, e tudo serve muito pouco diante do caos, porque *tudo* é o caos e o espelho do caos.

Não se trata de negar o poder da cultura, mas de reconhecer que, sendo tudo e tanto que se pode ser, ela é o poder e sua negação – possibilidades e limites; é o cenário e o contexto todo, não um *caminho*. Menos ainda um *horizonte*.

Então vem a questão – que é sempre um pouco a nossa grande questão profissional – que indaga de que cultura, afinal, trataremos em termos de política (vida na *pólis*) e gestão (gerenciamento, administração) cultural: Qual cultura e *sob qual perspectiva, indo em direção a que horizonte ou para que* visão de mundo?

A hipótese aqui é a de que perseguir o esclarecimento e a delimitação desse conceito e dos propósitos que o norteiam vai ajudar a definir que matéria e que essência se pretende impulsionar, fortalecer, valorizar em meio à barafunda de tudo o que há nesse mundo impactado por novas tecnologias e em acelerada transformação.

Mas essa obsessão pela clareza conceitual não é mera estratégia organizacional. A intencionalidade política que a rege é, talvez, de uma esperança pragmática, que ambiciona fazer parte ativa e significativa dos esforços de transformação do mundo, mas sem a pretensão de vê-lo transformado no tempo que é dado à nossa existência e sem a ilusão de salvação ou de um redentor final feliz para a humanidade³. Essa é uma intencionalidade que acredita no poder potencial da ampliação de repertório e experimentação artística do respeitável público, sem a expectativa de que assim se forje uma “humanidade melhor”, e até por isso, a esse esforço unindo o empenho por uma educação crítica e emancipatória, em que respeito e solidariedade sejam os valores fundantes que ajudem a corrigir e a lidar com os problemas que sempre hão de existir. Não se trata, pois, de ver na cultura o mapa da mina para a redenção ou a felicidade ou para “um mundo melhor”, mas de acreditar que pessoas com mais acesso e vivência cultural estarão mais preparadas para buscar, construir e manter melhores relações entre si, com os outros, quer sejam parecidos ou diferentes, e com o mundo, causando menos danos e impactos negativos, começando pela perspectiva mais simples – e impressionantemente rara nestes tempos céticos do *nós* e centrados no *eu* – que é querer e acreditar que isso é possível e vale o esforço.

Nessa direção, é útil registrar que as derrotas fragorosas que sofremos no último século e meio, nós as sofremos há muito pouco tempo para considerar perdidos por completo os faróis que nos orientavam. Há nelas muito o que resgatar, reelaborar e tentar novamente. Não tudo e certamente não do mesmo jeito, mas muito. Ademais, não é porque a “vanguarda de esquerda” (seja lá o que hoje possa querer dizer esse conceito assustador) errou em muito e se perdeu que tudo o que se pretendia é erro e perda de tempo e rumo.

Para começar, do estressante século 20, é preciso recuperar um certo gosto por pensar o mundo internacionalizado que a globalização fez sucumbir, sem demonstrar que não pode ser assim. Esse é um bom ponto de partida, porque as novas tecnologias, que andam tão bem (mal) usadas para reerguer muros e professar intolerâncias, também podem iluminar o caminho da cidadania-mundo, desprezando fronteiras, divisas e preconceitos. Mas ela não fará isso por alguma espécie de evolução natural. Nada há de natural na maneira como algoritmos interagem e a rede espia, mapeia, desvenda e, em seguida, estabelece juízos e forma opiniões, desejos e tendências. Então há que se conhecer a maneira como a máquina opera,

³ Se não por nada, porque a ideia de final feliz implica sempre o final... e faz mais sentido que a vida siga seu curso de altos e baixos, perplexidades e enlevo; alegrias e tristezas; rotinas e aventuras.

tornar esse conhecimento disponível, estabelecer parâmetros éticos para as relações comerciais e para os interesses corporativos e governamentais.

Mais: é necessário ressignificar a vida real. O espaço cultural, o grupo artístico e a programação artística e cultural. Sim, utilizar os recursos computacionais para divulgar, mesmo para promover a criação e fruição de arte e cultura. Todavia, especialmente reconstruir ou construir novos *locus* de encontros – virtuais e presenciais – que aliem profissionais das diferentes áreas culturais e tecnológicas, que abram espaço para protagonismos também da plateia e que derrubem muros – sociais, econômicos, políticos, religiosos, ideológicos, geográficos... culturais.

Em outras palavras: o que aqui se defende é estabelecer um conceito de *cultura* como matéria-prima de políticas públicas que definam prioridades e assumam, como pressuposto, que é possível se viver melhor, como pessoa e como sociedade, no mundo – no caso, no terceiro mundo do sistema solar da galáxia chamada de Via Láctea, o pequeno mundo azul, branco e cinza conhecido como Terra. (Essa distinção, aparentemente óbvia, é necessária quando tantos se esqueceram de que o mundo é o mundo todo mesmo, não só o “meu mundo” ou o “seu mundo” ou um estranho, criticável ou desejável “mundo deles”.)

Isso passa pelo reconhecimento da limitação de cada um e de cada grupo na proposição de seleções e no manejo dos recursos culturais os mais diversos, inclusive tecnológicos, computacionais. Requer, portanto, a disposição para o diálogo entre especializações e saberes, entre gestores e artistas, profissionais e públicos. Conhecimento das ferramentas que potencializam o alcance dessa interlocução ou o envolvimento de quem as conhece. Abertura e preparo para lidar, não só com a diferença, mas com a contrariedade, com o antagonismo, com a oposição e, talvez o mais difícil, com a falta de noção, a superficialidade e a apatia. Tudo isso requer do gestor cultural uma educação política, no mais amplo sentido do termo, e a compreensão de que diálogo e participação são, ao mesmo tempo, conquistas e aprendizado cotidiano. Levam tempo e não se aprimoram sem conflitos e suor. Nem sem interdisciplinaridade bem coordenada.

Como levar essas perspectivas tão bonitas quanto abstratas para a prática?

Quem quer fazer uma longa viagem atravessando o desconhecido com pouco recurso precisa se ocupar com planejamento e priorização. Ainda que vários caminhos possam ser apontados, a reflexão a respeito dos papéis do Poder Público, da iniciativa privada e da sociedade civil em relação às políticas culturais atravessa todos eles.

De um lado, é preciso rever o papel do Estado na cultura de dentro do Estado, procurando ao máximo interferir na burocracia e causar

mudanças estruturantes. É a sina dos assim chamados *burocratas ativistas* (FERREIRA; LOTTA, 2016), preocupados com a explicitação dos propósitos das atividades que realizam e com o envolvimento qualificado de mais e mais pessoas na decisão e avaliação a respeito disso. São aqueles que se posicionam complexa e dialeticamente ante a representação do Estado e da sociedade; para os quais cada ofício desnecessário a menos conta; cada informação decisiva desvendada e publicizada a mais também.

O que se quer alcançar e aonde se quer chegar com as iniciativas culturais, de acordo com o esforço, aparato e/ou investimento estatal são questões que precisam ser claramente explicitadas. Para isso, há que se trabalhar no sentido de construir diálogos com interlocutores os mais diversos, sabendo que ouvir implica tomar decisões com base no que foi ouvido e não simplesmente escutar e olvidar.

O Poder Público precisa se abrir para utilizar a opinião das pessoas como referência para a ação, para a tomada de decisão e, conforme o caso, para a mudança de rumos. Deve se preparar, inclusive, para saber reagir quando a opinião popular não expressa o melhor caminho no entendimento de técnicos, especialistas ou gestores. Nem tudo será objeto de consenso ou de deliberação da maioria, nem há por que ser assim, ou não haveria razão para existir aquela ou aquele que se prepara, é selecionado, contratado e pago para decidir. No entanto, em matéria de política pública, tudo precisa ser justificado, demonstrado, comunicado, avaliado, debatido e, quando há erro, corrigido.

Também é necessário discutir o papel de quem atua do lado de fora do Estado, na pressão junto a este por mais transparência, participação e controle social, na defesa do direito à cultura, individual ou coletivo, ou mesmo militando por incentivos, recursos e interesses corporativos, na lógica do realizador cultural, do empreendimento gerador de emprego e renda ou dos direitos do cidadão pagador de impostos e consumidor.

Não se avança sem reconhecer que há diferentes atores em cena e diversas legitimidades a equalizar. É importante ampliar o debate sobre que espaço deve ocupar cada grupo de interesses na relação com o recurso público, refletindo, inclusive, a respeito do que significa essa grandeza tão difusa, abrigada no “público” ou “população em geral”. A falta de clareza acerca de como são tomadas as decisões e repartidos os recursos abre caminho para suspeitas (incluídas aí as injustas), para mal-entendidos e desinformação e para abusos que comprometem a qualidade e quantidade das realizações e a credibilidade do setor cultural.

Outra via, pouco conhecida de forma sistematizada em nosso país, passa por uma ação e gestão cultural mais apartadas do Poder Público, focadas na participação social – no sentido mais amplo de todos – que

envolve da valorização à sustentabilidade econômica das iniciativas culturais e que, por não constituir vínculos de dependência com o Estado, pode inclusive dele cobrar, com mais isenção, posicionamentos de interesse público, quando necessário.

É fundamental haver condições para a existência de um setor cultural profissional forte e expressivo no Brasil que possa ser independente do Poder Público, o que requer que o próprio Estado desembarace as amarras que inviabilizam essa existência. Para a indústria automobilística e a da construção civil, para ficar em dois exemplos bem gerais, existem investimentos, incentivos e linhas de crédito destinados a mantê-las fortes. Há políticas para elas, há sindicatos e associações engajados, há espaço nos noticiários de economia. Já a área cultural conta basicamente com leis de incentivo que, paradoxalmente, têm no potencial de negócio produtivo do objeto ou produto cultural que será realizado uma falta de incentivo à sua aprovação.

Não que seja ruim haver mecanismos que viabilizem iniciativas culturais de baixo ou nenhum apelo comercial; é que isso não basta, e nada há que incentive uma indústria cultural no Brasil. Ao contrário, ser um empresário do setor cultural privado soa herético em inúmeros círculos, perpetuando a ideia de arte e cultura como um universo à parte, um sacerdócio muito particular, de sacerdotes que não devem ganhar dinheiro para sobreviver.

Cada uma dessas reflexões envolve um conjunto de polêmicas e mesmo divergências ideológicas que alguns julgarão irreconciliáveis. Todavia, há uma estratégia que pode ser bastante útil para abordar essas (e outras) possibilidades de se fazer política cultural, com maior ou menor envolvimento (executivo, normativo, financeiro, regulador) do Poder Público no Brasil, e que detém considerável potencial para construir pontes de diálogo decisivas.

Aqui cabe considerar as novas tecnologias de informação e comunicação – não como panaceia, mas exatamente no sentido que mais bem lhes serve: conhecimento técnico e científico aplicado por meio de ferramentas que organizam e facilitam o acesso a dados e informações e o diálogo a seu respeito.

Com efeito, o papel que a cultura desempenha na atualidade parece ganhar relevância à medida que se multiplicam os estudos que apontam o setor cultural como um dos maiores provedores potenciais de trabalho e renda no futuro próximo – respondendo simultaneamente a dois dilemas anunciados da contemporaneidade: as crises do emprego e da ocupação do tempo livre.

As novas tecnologias reduzem a demanda por mão de obra operacional, mecânica, extinguindo massivamente um sem-número de profissões

e abrindo espaço ao profissional da cultura – área em que a substituição pela máquina não entra em cena, não porque não possa ser feita, mas porque, de um lado, há um valor humano no fazer artístico e cultural do qual grande parcela do público não considera abrir mão e, por outro (talvez a motivação principal), porque não é preciso: há um prazer, uma satisfação ou inquietação no fazer artístico e cultural que justifica a sua existência para além de sua necessidade.

Mas, se as ações artísticas e culturais não estão condenadas à extinção pelas novas tecnologias, tampouco poderão sobreviver pura e simplesmente tal como antes do surgimento delas. O jeito de se informar e de se comunicar mudou. A maneira de assistir e de criar, a forma de guardar, o modo pelo qual escolhemos e participamos da vida cultural – tudo isso está definitivamente impactado pelas tecnologias que emergiram no século 20 e dominam a lógica das relações no século 21. E a menos que os efeitos do aquecimento global incluam um desastre energético de proporções planetárias, racionando drasticamente os acessos à eletricidade, dificilmente esse quadro será revertido.

Então é preciso aprender a fazer política cultural nesse novo cenário em que o virtual é tão real e presente quanto o mundo físico que a humanidade, desde a sua origem, experimenta. Para além de assimilar o uso cotidiano de *hardwares* e *softwares*, porém, esse aprendizado requer incluir no planejamento das iniciativas as ciências da informação, com destaque para uma nova velha conhecida: a Arquivologia. Velha porque a área cultural já a conhece no Brasil desde que se estruturou institucionalmente. Em nosso país, o departamento de arquivo era (e em muitos lugares ainda é) assunto da área cultural. Nova porque a Arquivologia de que necessitamos hoje tem um profundo envolvimento com as novas tecnologias e delas faz uso para suas finalidades administrativas e históricas e para as demandas que as próprias inovações nos impuseram. Com efeito, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia precisam ocupar uma nova centralidade como ciências documentárias e ciências da informação nesse contexto.

Quando a gente falava em obra de arte, documento histórico ou em patrimônio cultural, estavam lá, implícitas, as ideias de original, inédito, autêntico, único e testemunho. Conservar essa obra ou esse patrimônio envolvia uma série de procedimentos físicos, que precisavam ser cuidadosamente operados, pois havia sempre o risco de dano, de perda, por vezes inestimável, tantas vezes definitiva. Preservar implicava pesquisar, documentar, conservar, armazenar em segurança e divulgar, novamente sob a ameaça de – não realizando bem alguma dessas etapas – perder memória, história, talvez até o próprio bem.

Todos esses conceitos e riscos persistem hoje, mas estão diferentes. É preciso um outro cuidado, uma outra ciência, para lidar com o universo de informações sobre os bens artísticos e culturais e mesmo com novos bens já produzidos no ambiente digital. A pesquisa mudou porque as fontes se multiplicaram exponencialmente, e o domínio especializado acerca do conteúdo está em xeque.

As formas de promover acesso aos bens foram alteradas – assim como o conceito de documento não mais requer a junção entre suporte e informação, imagens, sons e vídeos das obras de arte e cultura fluem no espaço virtual, criando novos desafios e potencialidades. Muito do que antes era preciso buscar fisicamente hoje está disponível ao clique de algumas teclas de computador ou *smartphone*.

O armazenamento de dados na nuvem trouxe uma pretensa impressão de segurança quanto à possibilidade de tudo guardar e quanto à durabilidade eterna de todos os documentos. Essa pretensão pode ser alcançada? Sim e não. Sim: é possível guardar muito mais, sem risco imediato de estragar, de deteriorar, em espaço infinitamente menores, até em espaço físico nenhum, na “nuvem”, que não sabemos onde fica, mas a qual recorreremos, a buscar o que nos importa sempre que precisamos ou queremos. Não: não é possível guardar tudo para sempre, sem que haja uma lógica de organização que facilite a localização, sem que haja o cuidado de manter o *software* e mesmo o *hardware* correto para abrir um dado arquivo anos depois ou de providenciar atualizações de tempos em tempos, para manter o acervo na nuvem contemporâneo.

Antigos arquivos físicos e reservas técnicas por vezes viravam depósitos de velharia, eram criticados por abrigar o passado, nem sempre de maneira ordenada. Entretanto, a bagunça física sempre foi passível de arrumação: diagnóstico, proposta de arranjo, organização. Velhos suportes podiam ser higienizados, restaurados, permitindo acessar as informações que abrigavam, tal qual guardiões a quem a senha correta fosse apresentada. A nuvem não foi feita para o que vai envelhecer. Sem que exista um programa e um protocolo de atualização de dados e de programas e de protocolos, a perda de conteúdo, mais cedo ou mais tarde, é inexorável.

Essas são questões para todos – pessoas e instituições públicas ou privadas – uma vez que todos temos demandas relativas à autenticidade e à veracidade de informações; todos necessitamos buscar ou fornecer informações a respeito dos nossos fazeres ou daquilo que nos interessa; todos dispomos daquilo que importa guardar “para sempre” ou, que seja, por muito, muito tempo. Para o setor artístico e cultural, essas questões são definidoras do sucesso ou da inércia; da sustentabilidade ou da dependência; da visibilidade ou do esquecimento. E não

há como lidar com elas qualificadamente sem o apoio profissional de quem se especializa na organização dos dados para promover o acesso à informação. Para que as políticas culturais possam materializar a potencialidade transformadora que abrigam na contemporaneidade, é fundamental que considerem estrategicamente o recurso às ciências documentárias e da informação, com destaque para a Arquivologia, cuja capacidade de olhar não apenas para informações, mas para documentos e conjuntos de documentos (portanto, reconhecendo que, quando se trata de preservar em longo prazo, há uma questão de suporte a ser sempre considerada, ainda que o suporte seja uma interface de acesso virtual) e cuja observância aos princípios da organicidade, da unicidade do documento e da indivisibilidade dos conjuntos documentais constituem requisitos primordiais para que o setor cultural possa enfrentar com maior preparo e eficiência os dilemas que se apresentam ante suas funções intrínsecas de preservar e divulgar arte e cultura.

Assim, a presença profissional arquivística no campo cultural torna esse território particularmente fecundo para antecipar demandas e impactos nos três tempos que mais importam para o planejamento e consolidação das políticas públicas (em que pese a maioria dos planos dedicar-se muito a diagnósticos situacionais e passados e bem pouco a acompanhar e avaliar as ações postas em marcha ao longo de todo o percurso): o curto, o médio e o longo prazos.

É preciso contar com esse apoio especializado desde o planejamento de sistemas de informação e gestão, passando pela construção de vocabulários e classificações – condição determinante do sucesso de plataformas de coleta e sistematização de dados e de monitoramento e avaliação, por exemplo – até as decisões atinentes a políticas de seleção e preservação de acervos.

Em tempos de uso megaintensivo das novas tecnologias de informação e comunicação, a definição, a imagem e a marca da cultura como política pública precisam ser refundadas e ressignificadas. O sucesso, nesse novo contexto, passa, entre outras medidas, por assegurar um papel de destaque para as ciências documentárias e da informação, como a Arquivologia.

Por isso é importante estabelecer quais são os objetivos da cultura enquanto política pública, explicitá-los e demonstrar seus resultados e impactos – processos a serem organizados documentalmente, arquivisticamente, e que tanto melhor o são quando pensados desde a geração ao uso, divulgação e registro das séries históricas de dados. Avançar nessa direção é decisivo para ampliar o reconhecimento da relevância da cultura, o que, por sua vez, é vital para torná-la efetivamente cada vez mais relevante na construção da qualidade de vida e da visão de futuro do mundo que queremos realizar: tornar real – com e como indivíduos e grupos; com e como coletivos; com e como pessoas que fazem parte da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: da tecnologia ao humanismo. In: 12ª JORNADA ARQUIVÍSTICA DA UNIRIO. Rio de Janeiro, nov. 1997.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de arte na época de sua reprodutividade técnica. In: LIMA, L.C. (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Saga, s.d.
- DANAHER, John. Algorithmic governance: Developing a research agenda through the power of collective intelligence. *Big Data & Society* July–December 2017.
- FERREIRA, Daniela D., LOTTA, Gabriela S. Burocratas: atores entre as fronteiras do Estado e da sociedade. In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st13-7/10267-burocratas-atores-entre-as-fronteiras-do-estado-e-da-sociedade/file>>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- GEIGER, R Stuart. Beyond opening up the black box: Investigating the role of algorithmic systems in Wikipedian organizational culture. *Big Data & Society*, July–December 2017.
- GRAY, John. *Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2013.
- HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LILLA, Mark. A esquerda americana enredada na armadilha da diversidade. *New York Times*, 18 de novembro de 2016.
- MAFFESOLI, Michel. *Saturação*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010.
- MOREIRA RAMOS, Claudinéli. Indicadores como ferramenta de comprovação de resultados na área da cultura. In: GRADIM, Carlos (Org.). *O terceiro setor na gestão da cultura: a perspectiva a partir do Museu de Arte do Rio*. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2017.
- OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa de. Política de experimentação: nas redes e nas ruas. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 19. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.
- SCHÄFER, M. T. *Bastard Culture! How user participation transforms cultural production*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2011.
- SEN, Amartya. *Identidade e violência: a ilusão do destino*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- TEIXEIRA COELHO, José. *Com o cérebro na mão: no século que gosta de si mesmo*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- TUFEKCI, Zeynep. *Engineering the public: Big data, surveillance and computational politics*. First Monday. Chicago: University of Illinois, 2014. Disponível em: <<http://firstmonday.org/article/view/4901/4097>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Paris: UNESCO, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.